

*Felipe Braga Netto*

**NOVO** *Manual de*  
**RESPONSA**  
**BILIDADE** *civil*

2019



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Diagramação e Capa:** Maitê Coelho ([maitescoelho@yahoo.com.br](mailto:maitescoelho@yahoo.com.br))

B472m Braga Netto, Felipe Peixoto.  
Novo Manual de Responsabilidade Civil / Felipe Peixoto Braga Netto – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.  
816 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-2651-3.

1. Direito Civil. I Netto, Felipe Peixoto Braga. II. Título.

CDD 342.1

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

## CAPÍTULO I

<b>CONTEXTUALIZANDO A NOVA RESPONSABILIDADE CIVIL.....</b>	<b>33</b>
1. Responsabilidade civil e Constituição: um diálogo necessário.....	33
1.1. Responsabilidade civil e dignidade humana.....	35
1.2. Responsabilidade civil e solidariedade social.....	38
1.3. Responsabilidade civil e igualdade substancial .....	41
2. Outros diálogos: as dimensões atuais da responsabilidade civil.....	45
2.1. Responsabilidade civil e boa-fé objetiva.....	45
2.2. Responsabilidade civil e razoabilidade .....	50
2.3. Responsabilidade civil e direitos fundamentais .....	53
2.4. Responsabilidade civil e autonomia privada.....	56
2.4.1. Tutela da autonomia nas relações patrimoniais.....	57
2.4.2. Tutela da autonomia nas relações existenciais (autodeterminação nas escolhas existenciais fundamentais) .....	58
2.5. Responsabilidade civil e função social.....	59
2.6. Responsabilidade civil e equidade .....	61
3. Responsabilidade civil e novos contextos jurídico-sociais.....	63
3.1. Responsabilidade civil e concepção atual de interesse público.....	64
3.2. Responsabilidade civil e superação das dicotomias.....	67
3.3. Responsabilidade civil e <i>hard cases</i> .....	71
3.4. Responsabilidade civil e diálogo das fontes .....	74

## CAPÍTULO II

<b>FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>	<b>77</b>
1. Fundamento da responsabilidade civil: entre o ontem e o hoje.....	77
2. Princípios da responsabilidade civil: buscando alguma clareza.....	78
2.1. Princípio da reparação integral .....	79
2.2. Princípio da proteção prioritária à vítima do dano .....	81
2.3. Princípios da prevenção e precaução (responsabilidade civil e tutela preventiva de direitos) .....	84
2.3.1. A juridicização do conceito de risco: o risco como deflagrador do dever de proteção.....	87
2.3.2. O princípio da proteção (a <i>dimensão preventiva</i> da responsabilidade civil do Estado) .....	89
3. Funções da responsabilidade civil: novas funções, novas polêmicas.....	91

3.1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	92
3.1.1. Função compensatória .....	93
3.1.2. Função punitivo-pedagógica .....	94
3.1.3. Função preventiva .....	104

### CAPÍTULO III

<b>ESBOÇOS PARA UMA TEORIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>	<b>109</b>
1. Um edifício em construção .....	109
1.1. Mudando a direção do olhar .....	110
1.2. Que expressão devemos usar? Responsabilidade civil ou direito de danos? .....	113
2. A singular importância da jurisprudência na responsabilidade civil .....	114
3. Do individual ao coletivo: a superação do <i>um contra um</i> .....	115
4. O pluralismo como um valor: um direito amigo da diferença .....	118
5. Progresso à custa de quem? A responsabilidade civil e os vulneráveis .....	120
5.1. Entre avanços e recuos: um caso concreto de desamparo às vítimas .....	122
6. Modernidade e pós-modernidade: onde nós estamos mesmo? .....	125
6.1. Certos exageros pós-modernos e casos curiosos .....	127
6.2. A normatividade dos princípios é negociável .....	127

### CAPÍTULO IV

<b>ENTRE O ILÍCITO E A RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>	<b>131</b>
1. Distinções fundamentais .....	131
1.1. Nem todo ilícito civil gera responsabilidade civil .....	133
1.2. A responsabilidade civil pode resultar de atos <i>lícitos</i> .....	133
2. O ilícito civil na ordem jurídica brasileira .....	135
3. Classificando os ilícitos civis no direito brasileiro .....	137
3.1. Ilícito indenizante .....	138
3.2. Ilícito caducificante .....	138
3.3. Ilícito autorizante .....	140
3.4. Ilícito invalidante .....	141
4. A questão do dano: ilícitos civis sempre causam danos? .....	143
4.1. Ilícitos civis com dano .....	143
4.2. Ilícitos civis sem dano .....	144
4.2.1. O ilícito civil sem dano no CPC/2015 .....	146
5. O abuso de direito ou <i>ilícito funcional</i> .....	146
5.1. O <i>ilícito funcional</i> como uma cláusula geral .....	149

### CAPÍTULO V

<b>ENTRE O VELHO E O NOVO: FORMAS CLÁSSICAS E ATUAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>	<b>153</b>
1. O reinado da culpa .....	153
2. Teoria subjetiva ou objetiva da responsabilidade civil? Ambas .....	155

3. A escada histórica da responsabilidade civil.....	156
3.1. Responsabilidade civil subjetiva.....	158
3.2. Responsabilidade civil por culpa presumida.....	161
3.3. Responsabilidade civil objetiva.....	163
3.3.1. Responsabilidade civil objetiva pela teoria do risco.....	164
3.3.2. Responsabilidade civil objetiva pelo abuso de direito.....	169
3.4. Responsabilidade civil objetiva agravada.....	170
4. Responsabilidade civil contratual e extracontratual.....	174
4.1. Tendência atual a superar a dicotomia.....	175
4.2. Situações em que persiste a dicotomia.....	178
4.2.1. Juros de mora.....	178
4.2.2. Prazos prescricionais.....	179
4.3. Tutela da confiança.....	180
4.4. Tutela da informação.....	182
4.4.1. A questão da ausência de medidas preventivas ( <i>carelessness</i> ).....	183
4.5. Tutela da cooperação.....	184

## CAPÍTULO VI

<b>ENTENDENDO OS DANOS.....</b>	<b>187</b>
1. Em busca de novos modelos de compreensão?.....	187
1.1. A constante reavaliação de quais danos são indenizáveis.....	187
1.1.1. A figura do <i>dano injusto</i> .....	189
1.2. Entre avanços e retrocessos.....	190
2. Dano moral: entendendo as dimensões extrapatrimoniais das lesões.....	192
2.1. Um olhar histórico para o dano moral na experiência brasileira.....	192
2.2. Entre danos ressarcíveis (materiais) e danos compensáveis (morais).....	195
2.2.1. Um caso assustador.....	197
2.3. O direito à compensação moral é transmissível aos herdeiros?.....	198
2.4. A questão da legitimidade ativa dos familiares em caso de dano moral.....	199
2.4.1. Situações em que há legitimidade.....	199
2.4.2. Situações que demandam análise contextualizada dos vínculos afetivos.....	201
2.5. Entre o trivial e o grave: os difíceis limites entre o aborrecimento e o dano injusto.....	203
2.5.1. Hipóteses de mero aborrecimento.....	205
2.5.2. Hipóteses que excedem o mero aborrecimento.....	206
2.6. A questão dos danos <i>in re ipsa</i> : uma forte tendência atual em se presumir danos.....	208
2.6.1. Danos que são considerados <i>in re ipsa</i> .....	209
2.6.2. Danos que não são considerados <i>in re ipsa</i> .....	211
2.7. Dano moral pode resultar de inadimplemento contratual?.....	212
2.8. Dano moral e dano estético: cumulação e especificidades.....	214
2.9. Dano moral e solidariedade entre os causadores ou responsáveis pelo dano.....	216
2.10. A questão dos danos morais no extravio de bagagem: mudança de entendimento.....	222
2.11. Dano moral e pessoa jurídica.....	225
2.12. Danos morais coletivos.....	226

2.13. Figuras com autonomia conceitual?	230
2.13.1. Danos sociais	230
2.13.2. Perda da chance: dimensões morais e materiais	232
2.13.3. Danos institucionais	234
2.13.4. Danos ao tempo como bem jurídico autônomo	235
2.13.5. Danos ao projeto de vida	237
2.13.6. Danos decorrentes do lucro ilícito ou lucro da intervenção (disgorgement)	238
2.14. Outras questões polêmicas	239
2.14.1. O problema da vitimização nos danos morais	240
2.14.2. Em busca de modos não-pecuniários de compensação	241
2.14.3. Dano moral e valor de afeição: a perda de animais de estimação	242

## CAPÍTULO VII

<b>QUANTIFICANDO OS DANOS</b>	245
1. A dificuldade de quantificar certos danos	245
2. Dano moral: uma categoria fundamentalmente jurisprudencial	246
2.1. A definição de valores para o dano moral: um eterno problema	247
2.2. A ausência de critérios legais	250
2.3. Alguns critérios jurisprudenciais para a quantificação dos danos morais	250
2.3.1. Gravidade do dano	250
2.3.2. Culpa do ofensor	251
2.3.3. A conduta da vítima (dever de mitigar o próprio prejuízo)	252
2.3.4. Irreversibilidade da lesão	253
2.3.5. Vedação ao enriquecimento sem causa	254
2.3.6. A condição econômica do ofensor e do ofendido	254
2.4. Critério bifásico: buscando alguma objetivação na fixação dos valores	257
2.5. O STJ, julgando recurso especial, pode alterar valores de dano moral?	259
2.6. A função punitivo-pedagógica e sua influência na quantificação dos danos	260
2.7. Dano moral: a fixação do mínimo indenizatório	264
2.8. Outras questões polêmicas	265
2.8.1. Existe princípio que postule a diminuição do valor da indenização com base na situação financeira do ofensor?	265
2.8.2. Danifico porque posso pagar?	267
2.9. Eventuais descontos e atualização no valor do dano moral	268
2.9.1. Dano moral e correção monetária	268
2.9.2. Dano moral e juros de mora	268
2.9.3. Dano moral e imposto de renda	269
2.9.4. Dano moral e benefício previdenciário	269
3. Dano material	269
3.1. Quantificando o dano material: teoria da diferença	269
3.2. Espécies clássicas de dano material	270
3.2.1. Danos emergentes (danos positivos)	270
3.2.2. Lucros cessantes (danos negativos)	271
3.3. Fator determinante da indenização: extensão do dano (Código Civil, art. 944)	272
3.3.1. Exceção legal: desproporção entre dano e culpa (dano grave e culpa leve)	272

3.4. Danos indenizáveis e não indenizáveis.....	272
3.4.1. Danos indenizáveis.....	273
3.4.2. Danos não indenizáveis.....	275
3.5. O dano é essencial à responsabilidade civil? .....	276
3.5.1. Posição tradicional.....	277
3.5.2. Discussões contemporâneas.....	277
3.6. Questões variadas relacionadas à pensão por dano material .....	279
3.6.1. Dano presumido: morte de filho menor em família de baixa renda .....	279
3.6.2. Outras situações relativas à pensão por dano material.....	280
3.7. O ônus da prova do dano é sempre da vítima? .....	281

## CAPÍTULO VIII

**NEXO CAUSAL: ENTRE TEORIAS DE ONTEM E COMPREENSÕES DE HOJE**

1. Contextualizando o nexo causal.....	283
2. As difíceis questões do nexo causal: um tormento para os autores.....	283
3. A visão tradicional.....	284
3.1. O art. 403 do Código Civil: breves críticas.....	284
3.2. Como enxergar o nexo causal?.....	285
3.2.1. Concepção tradicional: vínculo fático .....	285
3.2.2. Concepção contemporânea: vínculo jurídico .....	286
3.3. Que teoria adotamos em relação ao nexo causal?.....	286
3.4. Quer a verdade? <i>"Escolha uma teoria e decida como quiser"</i> .....	287
3.5. <i>Causas e condições</i> do dano: distinção.....	288
4. Nexo causal nas ações e nexo causal nas omissões.....	289
4.1. Causalidade naturalística e causalidade normativa.....	290
4.2. O nexo causal por omissão na jurisprudência do STF: um exemplo de idas e vindas.....	290
5. As visões atuais.....	293
5.1. A relevância do bem jurídico lesado pode impor novas releituras do nexo causal.....	293
5.2. O nexo causal não é um elemento neutro: há juízos de valor no nexo causal.....	294
5.3. Flexibilização e presunção do nexo causal.....	296
5.3.1. Distinguindo flexibilização de presunção do nexo causal .....	296
6. Das categorias fechadas aos modelos flexíveis .....	297
6.1. A irrelevância funcional das teorias clássicas.....	299
6.2. As compreensões atuais sobre o tema: linhas de tendência .....	300

## CAPÍTULO IX

**EXCLUDENTES DE ILICITUDE E EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL**

1. Uma distinção necessária .....	303
2. Excludentes de ilicitude.....	303

2.1. Estado de necessidade.....	304
2.1.1. Possibilidade de indenização equitativa.....	305
2.1.2. Estado de necessidade quando a pessoa lesada é a culpada pelo perigo.....	305
2.2. Legítima defesa.....	306
2.2.1. Legítima defesa de terceiros.....	307
2.2.2. Legítima defesa putativa.....	307
2.3. Exercício regular de direito.....	308
2.3.1. Eventuais abusos podem ser considerados na quantificação dos danos..	309
2.4. Estrito cumprimento do dever legal.....	310
3. Excludentes de responsabilidade civil.....	311
3.1. Caso fortuito ou força maior.....	311
3.1.1. O caso fortuito ou força maior nas relações de consumo.....	312
3.1.2. O caso fortuito ou força maior na responsabilidade civil do Estado.....	313
3.1.3. Caminhando em direção a filtro mais severo na aceitação das excludentes.....	314
3.1.4. Perguntas que perderam a relevância.....	315
3.1.5. Irrelevância da distinção entre caso fortuito e força maior.....	316
3.2. Fato exclusivo da vítima (culpa exclusiva da vítima).....	324
3.2.1. E se ofensor e vítima contribuíram para o dano?.....	324
3.3. Fato de terceiro.....	325
3.3.1. A questão do fato de terceiro: novas compreensões do problema.....	326

## CAPÍTULO X

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO AMBIENTAL.....</b>	<b>335</b>
1. Perfil da responsabilidade civil ambiental no Brasil.....	335
2. Novos olhares para o nexo causal em matéria ambiental e a questão do responsável indireto.....	337
3. Transformações nos deveres jurídico-ambientais.....	341
3.1. A questão da omissão no dever de controle e fiscalização estatal.....	343
4. Compreendendo o dano ambiental.....	346
4.1. Danos sem autoria claramente configurada.....	347
4.2. Danos, em regra, irreversíveis e sem lógica linear: lidando com prevenção e precaução.....	349
4.3. Danos com vítimas socialmente dispersas.....	352
4.4. Danos intergeracionais.....	354
4.5. Danos com notas necessariamente extrapatrimoniais: titularidade difusa.....	355
4.6. Danos cuja licitude da atividade é irrelevante.....	355
4.7. Danos cujos limites de tolerabilidade são analisados no caso concreto.....	356
4.8. Danos de quantificação sabidamente difícil.....	357
4.9. Danos que compreendem o ambiente natural e artificial.....	359
4.10. Danos que aceitam inversões probatórias.....	360
4.11. Danos que aceitam flexibilizações e até presunções do nexo causal.....	362
4.12. Danos que aceitam outras teorias da causalidade.....	364
4.13. Danos que lidam com a probabilidade, não apenas com a certeza.....	365
4.14. Danos que aceitam a responsabilidade solidária do ofensor indireto.....	366
4.15. Danos imprescritíveis.....	369



4.16. Danos que dialogam intimamente com os riscos: o risco de dano autoriza medidas prévias?.....	370
4.17. Danos que exigem progressiva participação democrática nos mecanismos decisórios.....	371

## CAPÍTULO XI

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....</b>	<b>373</b>
1. Responsabilidade civil do Estado: uma visão atual .....	373
2. Breve resumo do perfil da responsabilidade civil do Estado no Brasil .....	374
3. Posição peculiar da ordem jurídica brasileira na matéria .....	376
4. Deveres atuais do Estado: indo além da abstenção (não basta deixar de violar, é preciso proteger) .....	377
5. As novas visões do direito administrativo: do súdito ao cidadão .....	377
5.1. As três fases históricas.....	380
5.2. A quarta e nova fase: o Estado como garantidor dos direitos fundamentais .....	381
5.3. Atos de império e atos de gestão: distinção superada.....	383
6. Quem é agente público?.....	384
6.1. A amplitude conceitual da palavra “agentes” .....	385
6.2. A questão do dano fora das funções: análise de contextos .....	387
6.3. A questão do “funcionário de fato” e a proteção da confiança legítima .....	389
6.4. A questão do abuso no exercício das funções.....	390
6.5. Contra quem pode ser proposta a ação? Apenas contra o Estado ou é possível ação direta contra o agente público? .....	391
6.6. Ação de regresso: algo raro entre nós .....	393
6.6.1. O caráter indisponível da ação de regresso: dever estatal .....	394
6.6.2. A partir de quando pode ser proposta a ação de regresso?.....	396
6.6.3. Há prazo prescricional para a ação de regresso? .....	396
6.6.4. <i>Overruling</i> : a nova compreensão do STF sobre o tema.....	398
7. A responsabilidade civil do Estado por omissão .....	398
7.1. Responsabilidade objetiva na omissão.....	399
7.2. Responsabilidade subjetiva na omissão.....	402
7.2.1. Omissão genérica e omissão específica.....	404
7.2.2. O Estado tinha o dever de evitar o dano? .....	406
8. Responsabilidade objetiva das empresas privadas prestadoras de serviços públicos....	407
8.1. Concessionárias .....	408
8.1.1. As concessionárias respondem pelos atos de assédio sexual ocorridos em metrô? .....	409
8.2. Delegatárias.....	409
8.2.1. Responsabilidade civil dos notários e registradores.....	410
8.3. Permissionárias .....	413
8.4. O que são serviços públicos? .....	414
8.4.1. Atividade econômica ou serviço público?.....	415
8.4.2. Atividades de educação e saúde são serviços públicos nos termos do art. 37, § 6º ?.....	416
8.4.3. O CDC se aplica aos usuários de serviços públicos? .....	418

9. Responsabilidade civil por atos legislativos e judiciários .....	420
9.1. Responsabilidade civil por atos legislativos .....	420
9.1.1. Leis inconstitucionais .....	421
9.1.2. Leis constitucionais .....	422
9.2. Imunidade parlamentar abrange a responsabilidade civil? .....	423
9.2.1. Se o parlamentar não responde, o Estado pode responder? .....	423
9.3. Responsabilidade civil e omissão legislativa: há dever de legislar? .....	425
9.4. Responsabilidade civil por atos judiciários .....	426
9.4.1. Prisão preventiva de inocente gera dano moral? .....	428
9.4.2. Prisões indevidas: quem deve suportar o ônus da privação da liberdade? .....	430
10. Prescrição: polêmicas e definições .....	431
11. A questão da denunciação da lide .....	432

## CAPÍTULO XII

### RESPONSABILIDADE CIVIL NAS **RELAÇÕES DE CONSUMO** .....

1. Consumidor: uma palavra mais ampla (olhando para o passado, olhando para o futuro) .....	435
2. Contextualizando o CDC .....	437
2.1. O CDC como um <i>microssistema legislativo</i> .....	437
2.2. O que são normas de ordem pública e interesse social? .....	438
2.3. Autonomia e heteronomia .....	440
2.4. O CDC como uma “lei de função social” .....	442
3. Características do CDC .....	444
3.1. Normas principiológicas .....	444
3.2. Vocação de expansão .....	446
3.3. Diálogo das fontes .....	447
4. Relação jurídica de consumo .....	448
4.1. Os sujeitos .....	449
4.2. Identificando consumidor e fornecedor .....	449
4.2.1. A quem se aplica o CDC? As definições jurisprudenciais brasileiras .....	450
4.2.2. O fornecedor .....	454
4.3. Teorias <i>maximalista</i> e <i>minimalista</i> .....	457
4.4. Compreendendo a expressão “destinatário final” .....	458
4.4.1. Ampliações jurisprudenciais do conceito do “destinatário final” .....	459
4.5. A pessoa jurídica como consumidora .....	461
4.5.1. Consumidor pessoa física e consumidor pessoa jurídica: presunções .....	461
4.5.2. Possibilidade de limitar a indenização: consumidor pessoa jurídica .....	462
4.6. Consumidor por equiparação ( <i>bystander</i> ) .....	463
4.6.1. Os “bystanders”: consumidores sem contrato de consumo .....	465
4.7. Responsabilidade contratual e extracontratual: irrelevância no CDC .....	466
4.7.1. Exceção: juros de mora .....	467
4.7.2. Prazos prescricionais nas responsabilidades contratual e extracontratual, segundo o STJ .....	467
5. Responsabilidade civil nas relações de consumo .....	468

5.1. Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço .....	469
5.1.1. Vício do produto.....	470
5.1.2. Vício do serviço .....	473
5.2. Fato do produto.....	473
5.2.1. Fato do serviço .....	475
5.3. Perigo intrínseco.....	477
5.4. Ausência do defeito: prova a cargo do fornecedor .....	478
5.5. Comerciante: responsabilidade solidária ou subsidiária? .....	478
5.6. Teoria do risco do desenvolvimento.....	480
6. Prescrição e decadência no CDC.....	483
6.1. Decadência (vício do produto ou serviço).....	483
6.1.1. Vício aparente.....	483
6.1.2. Vício oculto .....	484
6.1.3. Início da contagem do prazo na hipótese de existir garantia contratual ..	484
6.1.4. Causas que suspendem a decadência.....	485
6.2. Prescrição (fato do produto ou serviço).....	486
6.2.1. Quando se inicia a contagem do prazo prescricional? .....	486
6.3. Conflitos entre o CDC e o CC: interpretação mais favorável ao consumidor .....	487
7. Desconsideração da personalidade jurídica .....	488
7.1. CDC: primeira lei brasileira a prevê-la .....	488
7.2. Desconsideração da personalidade sempre que esta for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento dos consumidores .....	489
7.3. Teoria maior e teoria menor da desconsideração .....	489
7.3.1. Teoria maior.....	489
7.3.2. Teoria menor .....	490
7.4. Desconsideração inversa .....	491
8. A publicidade nas relações de consumo .....	492
8.1. Direito de identificação da mensagem como sendo publicitária .....	493
8.2. Princípios peculiares à publicidade nas relações de consumo .....	494
8.3. Dever do fornecedor de manter dados técnicos que lastreiam as informações publicitárias .....	496
8.4. Publicidade enganosa.....	497
8.4.1. Publicidade enganosa por omissão .....	498
8.4.2. A questão do <i>recall</i> .....	499
8.4.3. Publicidade enganosa resultante de erro de terceiro .....	500
8.5. Publicidade abusiva .....	500
8.6. A força vinculante da publicidade.....	502
8.7. O ônus da prova na comunicação publicitária .....	502
8.8. A contrapropaganda .....	503
9. Práticas abusivas.....	503
10. Proibição de constrangimentos ou exposição do consumidor ao ridículo.....	505
11. Direito do consumidor cobrado indevidamente ao dobro do que houver pago (CDC, art. 42, parágrafo único) .....	505
11.1. É preciso provar a má-fé do fornecedor para incidência do art. 42 do CDC? .....	506
11.2. Pagamento fundado em cláusula contratual posteriormente declarada nula enseja devolução em dobro? .....	507

12. Banco de dados e cadastros de consumidores .....	508
12.1. Limite temporal para as informações negativas: 5 anos .....	508
12.2. Termo inicial da contagem dos 5 anos .....	509
12.3. Dever de comunicação por escrito ao consumidor (e dever de indenizar na sua ausência) .....	509
12.3.1. De quem é o dever de comunicação? .....	510
12.3.2. É suficiente a prova do envio da comunicação? .....	510
12.3.3. A comunicação ao consumidor é necessária em se tratando de reprodução de dados existentes em banco de domínio público? .....	511
12.4. De quem é o dever de comunicar o pagamento da dívida? .....	512
12.5. Dívida discutida em juízo pode ser inscrita? .....	512
12.6. Dano moral decorrente de indevida inscrição em cadastro negativo .....	513
12.6.1. Desnecessidade da prova de prejuízo concreto .....	513
12.6.2. Há dano moral se já havia inscrição anterior? .....	514
12.6.3. Valores de indenização .....	514
12.6.4. Controvérsia restrita apenas ao valor da dívida .....	515
12.6.5. Prazo prescricional .....	515
12.7. Bancos de dados contra os maus fornecedores .....	516

## CAPÍTULO XIII

### RESPONSABILIDADE CIVIL E IMPRENSA:

#### DANOS E LIBERDADES COMUNICATIVAS .....

1. Liberdades comunicativas: liberdade de informar e de ser informado como direito fundamental .....	517
1.1. As múltiplas fontes de informação: interações em rede .....	518
2. Critérios hermenêuticos: definindo alguns passos .....	519
2.1. As liberdades comunicativas devem encontrar limites prévios ao seu exercício? .....	520
2.2. Os abusos, quando configurados, são ilícitos .....	521
2.3. A sátira e o humor, mesmo quando incisivos, devem ser admitidos .....	522
2.4. O direito de resposta como tutela específica .....	523
2.4.1. A lei do direito de resposta (Lei n. 13.188/2015) .....	523
2.5. Qual a natureza da responsabilidade civil dos veículos de imprensa? .....	524
2.5.1. A responsabilidade subjetiva (doutrina da <i>actual malice</i> ) .....	524
2.5.2. A questão da solidariedade .....	526
3. Contextualizando o uso da imagem alheia .....	526
3.1. Violação à imagem com ou sem violação à honra: diferenciações .....	527
3.2. O uso da imagem alheia e a questão do eventual proveito obtido .....	528
3.3. Autorizações para uso da imagem: interpretação restrita .....	529
3.3.1. Consentimento para captação não é consentimento para publicação ....	529
3.4. Fotos de multidões e direito à imagem .....	530
3.5. Imagens de crianças e adolescentes .....	531
3.6. Direito à imagem e a condição social do ofendido .....	532
4. Deveres gerais da imprensa .....	533
4.1. Dever de veracidade .....	533
4.1.1. Exige-se da imprensa o grau de certeza da prova judicial? .....	534
4.2. Dever de pertinência .....	535
4.2.1. A questão do <i>false light</i> : o dever de contextualizar as imagens .....	536

4.3. Dever de cuidado.....	537
----------------------------	-----

## CAPÍTULO XIV

# RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITOS DA PERSONALIDADE..... 539

1. As (muitas) conexões possíveis entre a responsabilidade civil e os direitos da personalidade.....	539
2. Os passos históricos dos direitos da personalidade: contrapondo a dignidade ao horror ....	541
3. O conceito atual de pessoa: indo além do formalismo .....	543
3.1. A questão das <i>escolhas existenciais fundamentais</i> .....	545
4. Compreendendo os direitos da personalidade .....	546
4.1. Características e a questão da dupla inerência.....	546
4.2. Distinguindo direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos.....	549
4.3. Compreendendo as integridades física, moral e intelectual.....	551
4.3.1. Direito à integridade física.....	553
4.3.2. Direito à integridade psíquica (moral).....	561
4.3.3. Integridade intelectual .....	569
5. Questões atuais e polêmicas acerca dos direitos da personalidade .....	572
5.1. Biografias não autorizadas .....	573
5.2. <i>Hate speech</i> .....	576
5.3. Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades.....	577
5.4. Os animais podem ser considerados sujeitos de direito no século XXI? .....	580
5.4.1. O olhar sobre o tema em outros países .....	581
5.5. Direitos de personalidade e pessoas jurídicas: como compatibilizar? .....	582
5.6. Deveres de proteção por parte do Estado: uma teoria em construção.....	584
6. A opção prioritária pela tutela preventiva .....	586
6.1. Cláusula geral ou <i>numerus clausus</i> ? Os direitos da personalidade como uma categoria aberta .....	587
6.2. A tutela (atual) da personalidade: indo além da tutela ressarcitória.....	588
6.3. O <i>bullying</i> e a tutela preventiva.....	589

## CAPÍTULO XV

# RESPONSABILIDADE CIVIL E INTERNET..... 591

1. Um tempo de transformação: do mundo físico-convencional para o mundo digital....	591
1.1. Algumas características da internet .....	592
1.2. Os crescentes <i>danos digitais</i> .....	594
1.2.1. A questão do <i>cyberbullying</i> .....	595
1.2.2. A questão do <i>Revenge porn</i> .....	596
1.2.3. As questões relativas ao comércio eletrônico .....	596
1.2.4. Outros danos.....	597
2. Danos e ações ou omissões dos provedores: aplicação das regras tradicionais? Aplicação da teoria do risco? .....	597
2.1. Uma distinção necessária: danos causados pelo próprio provedor e danos causados por usuários.....	598

2.1.2. Danos causados por usuários: <i>responsabilidade subjetiva agravada do provedor</i> .....	599
2.2. Há dever do provedor de fiscalizar previamente os conteúdos postados? .....	599
2.3. É dever da vítima fornecer informações precisas sobre o endereço eletrônico (URL) onde estão postadas ofensas? .....	600
2.4. Dever de retirar imediatamente o material moralmente ofensivo .....	601
2.4.1. Termo inicial da responsabilidade solidária do provedor .....	601
3. O <i>Marco Civil da Internet</i> (Lei nº 12.965/2014) .....	602
4. A <i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais</i> (Lei n. 13.709/2018) .....	604

## CAPÍTULO XVI

## HIPÓTESES PREVISTAS NO CÓDIGO CIVIL .....

1. Responsabilidade civil por ato de outrem .....	607
1.1. O risco como fundamento da responsabilidade por ato de outrem .....	610
1.1.1. Responsabilidade civil dos pais pelos danos causados por filhos menores .....	611
1.1.2. Responsabilidade dos tutores e curadores .....	615
1.1.3. Responsabilidade dos empregadores .....	617
1.1.4. Responsabilidade dos estabelecimentos educacionais .....	622
1.1.5. Responsabilidade dos hotéis e estabelecimentos análogos .....	626
1.1.6. Responsabilidade decorrente dos produtos do crime .....	628
2. Responsabilidade civil pelo fato da coisa .....	629
2.1. Danos decorrentes de animais .....	632
2.2. Danos decorrentes de edifício ou construção .....	636
2.3. Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios .....	637
2.3.1. A questão da <i>queda anônima</i> .....	638
2.3.2. Danos decorrentes da queda de pessoas de prédios .....	639
2.4. Danos decorrentes de veículos (e a <i>teoria da guarda da coisa</i> ) .....	640

## CAPÍTULO XVII

## RESPONSABILIDADE CIVIL E INCAPAZES .....

1. Danos <i>sofridos</i> por incapazes e danos <i>causados</i> por incapazes .....	645
1.1. Danos <i>causados</i> por incapazes .....	645
1.1.1. Da irresponsabilidade à responsabilidade .....	646
1.1.2. Existe direito de regresso contra descendente incapaz? .....	649
1.1.3. A questão dos filhos maiores que moram com os pais .....	650
1.1.4. A responsabilidade civil dos pais pelos danos causados pelo filho maior esquizofrênico .....	652
1.1.5. A responsabilidade negocial do relativamente incapaz .....	653
1.1.6. O Estatuto da Pessoa com Deficiência .....	653
1.2. Danos <i>sofridos</i> por incapazes .....	655
1.2.1. Incapaz sofre dano moral? .....	655
1.2.2. Dano moral coletivo e incapazes .....	657
1.2.3. O crescente respeito ao discernimento dos adolescentes .....	657

## CAPÍTULO XVIII

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL E RELAÇÕES FAMILIARES.....</b>	<b>659</b>
1. Mudança ou revolução? .....	659
2. A questão do abandono afetivo.....	663
3. A questão do rompimento de noivado.....	665
4. Mentiras que duram décadas: ofensa aos deveres de lealdade.....	665
5. Ilícitos civis e relações familiares .....	667

## CAPÍTULO XIX

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL E TRANSPORTE DE PESSOAS .....</b>	<b>669</b>
1. Contextualização.....	669
1.1. Obrigação de meio ou de resultado? Cláusula de incolumidade .....	670
1.2. Aplicação do CDC ao contrato de transporte.....	672
1.2.1. Cláusulas de irresponsabilidade ou de não indenizar .....	672
1.3. Entendendo quem são as vítimas.....	673
2. A questão do dano causado por terceiro: a empresa de transporte responde civilmente?..	674
2.1. Dano conexo ao transporte (fortuito interno) .....	675
2.2. Dano desconexo ao transporte (fortuito externo) .....	675
2.2.1. Uma brevíssima análise crítica.....	677
3. Transporte gratuito ou de mera cortesia.....	678
4. A questão do transporte de mercadorias.....	680

## CAPÍTULO XX

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL .....</b>	<b>683</b>
1. Entre o velho e o novo.....	683
2. Responsabilidade civil médica: contextualização.....	683
3. A aplicação do CDC à responsabilidade civil médica: consequências jurídicas .....	689
4. A questão da culpa na responsabilidade civil médica .....	692
5. Boa-fé objetiva e responsabilidade civil médica .....	696
5.1. A relevância do dever de bem informar .....	698
6. A questão do nexo causal na responsabilidade civil médica .....	699
7. A questão da responsabilidade civil dos hospitais.....	701
8. Outras questões.....	704
8.1. A questão da perda da chance na responsabilidade civil médica .....	704
8.2. A questão do consentimento informado.....	706
8.3. A questão do erro de diagnóstico.....	708
8.4. A questão das obrigações de meio e de resultado .....	709
8.4.1. Obrigações de meio.....	710
8.4.2. Obrigações de resultado.....	710
8.4.3. Outras hipóteses.....	711
8.5. A questão dos seguros de responsabilidade civil.....	714
9. Responsabilidade civil dos advogados .....	715

## CAPÍTULO XXI

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL E ACIDENTES DE TRÂNSITO .....</b>	<b>723</b>
1. Uma página feita de cores dramáticas .....	723
2. A questão do empréstimo do veículo .....	724
3. A questão da locação do veículo .....	726
4. Responsabilidade dos pais pelos acidentes causados por filhos menores .....	727
5. A questão do seguro no dano causado por motorista embriagado: mudança de entendimento .....	728
5.1. Exceção jurisprudencial: seguros de vida .....	730
5.2. Dano sofrido por terceiro (não segurado) .....	730
6. Acidentes causados por animais na pista .....	731
7. Acidentes causados em estado de necessidade .....	732
8. A questão dos veículos com prioridade legal .....	733
9. A questão da independência entre as instâncias .....	735
9.1. Prescrição na hipótese de haver ação penal em curso .....	736
9.2. Fixação do valor mínimo de indenização pelo juiz criminal .....	737
10. Definindo causalidades e culpas na matéria .....	738
10.1. A questão da habilitação inexistente ou vencida .....	743

## CAPÍTULO XXII

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL E VIOLÊNCIA URBANA .....</b>	<b>745</b>
1. Uma breve contextualização .....	745
1.1. O padrão mental convencional .....	747
1.2. Que perguntas podemos fazer? .....	748
2. A segurança como tarefa fundamental do Estado: a teoria dos deveres de proteção ..	753
2.1. Em busca de novos níveis de eficiência da atividade estatal? .....	756
3. O modelo conceitual da responsabilidade objetiva agravada .....	757
4. Mudando a direção do olhar: buscando novas dimensões de análise .....	760
5. Um olhar para a jurisprudência .....	762
5.1. O olhar tradicional .....	763
5.2. Os novos olhares .....	763
6. Análise específica de situações .....	766
6.1. Algumas vítimas são juridicamente protegidas; outras, não. ....	766
6.2. Um exemplo simbólico e frequente: assaltos e danos sofridos em ônibus .....	767
6.3. Como estão sendo decididos os casos? .....	768
6.3.1. Cidadão x empresas de ônibus .....	768
6.3.2. Cidadão x Empresas concessionárias de rodovias .....	769
6.3.3. Cidadão x Empresas de metrô ou trem .....	769
6.3.4. Cidadão x empresas de valet (manobristas) .....	770
6.3.5. Cidadão x bancos .....	771
6.3.6. Cidadão x Shoppings .....	772
6.3.7. Cidadão x empresas de estacionamento .....	773
6.3.8. Cidadão x cadeias de lanchonetes (assaltos em drive-thru) .....	774
6.3.9. A questão das balas perdidas .....	775
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>777</b>